



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005393-78.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - ASSUNTOS ANTIGOS DO SAJ - ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO**
 Requerente: **CHRISTIAN FERNANDO MARTINEZ**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Ato Administrativo com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **CHRISTIAN FERNANDO MARTINEZ** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, visando, em suma, à anulação do ato administrativo que lhe atribuiu um débito com o Erário no valor de R\$18.114,53, referente ao recebimento a maior da Gratificação SUS do período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2013, sob o argumento de que não deu causa ao erro e agiu com inteira boa fé e de que a sua investidura estava consonância com a legislação.

A inicial veio acompanhada de procuração, declaração de hipossuficiência e documentos (pp.16/44).

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (p. 45).

Citado (p.59), o Município de São Carlos apresentou contestação (pp. 60/71) e reconvenção. Alega, preliminarmente, incompetência absoluta da Justiça Comum, pois competiria à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias decorrentes da relações de trabalho de servidor celetista. No mérito, ressalta o poder dever de buscar o ressarcimento ao erário, não se podendo cancelar situações de enriquecimento sem causa, como no presente feito. Afirma que o deferimento da Gratificação SUS ao autor foi erro grosseiro, uma vez que a lei é clara ao dispor que o agente público que exerce a função de chefe faz jus ao recebimento de R\$150,00 e não de R\$350,00. Em reconvenção, sustenta que o ressarcimento ao erário é dever funcional do empregado público já que a interpretação da lei não foi escusável. Requer sejam os pedidos do autor julgados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

improcedentes, bem como a procedência da reconvenção, com a condenação do autor à devolução dos valores recebidos indevidamente, no total de R\$18.114,53.

Réplica às pp.86/87.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Comporta a demanda, julgamento antecipado, devido à prescindibilidade de produção probatória em audiência, uma vez que a prova documental já anexada aos autos mostra-se suficiente para o deslinde da matéria, conforme autoriza o artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.

Afasto a preliminar de incompetência absoluta da Justiça Comum alegada pelo requerido, pois, no presente caso, não se discute relação de trabalho, mas sim um ato administrativo.

No mérito, o pedido do autor merece acolhimento.

O autor exerceu a função de Chefe de Seção de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), no período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2013 e, por ter formação de nível universitário, a Diretora de Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, nos termos do artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 056/1997, solicitou autorização de pagamento da gratificação SUS ao servidor, no valor de R\$350,00 (p. 30), o que foi deferido pela municipalidade.

É certo que, nos termos do artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 87/1996, para aqueles que ocupam a função de chefe a gratificação é no valor de R\$150,00. Como bem, salientou o Procurador Geral do Município (p. 36), "a função de Chefe, por se tratar de cargo em comissão, não possui qualquer exigência em relação a formação de nível universitário para provimento do cargo".

Contudo, não obstante a Administração tenha experimentado um prejuízo em face do erro em comento qual seja, a solicitação e deferimento de pagamento da gratificação SUS ao servidor, ora autor, no valor de R\$350,00, este ônus não pode ser suportado pelo demandante, que de nenhuma forma concorreu para a sua realização, mesmo porque a percepção dos valores em questão decorreu de erro da própria Administração.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De fato, nada há nos autos documentos aptos a, minimamente, indicar que o autor agiu de má-fé ou, de algum modo, tenha dado causa ao recebimento indevido dos valores de que ora se cuida, tanto que solicitou revisão do pagamento da gratificação SUS, indagando qual seria o motivo da redução do valor pago de R\$350,00 para R\$150,00 (p. 81).

O entendimento majoritários da Jurisprudência, é no sentido de que a Administração Pública, por errônea interpretação ou má aplicação da lei, não pode exigir o ressarcimento contra aqueles que perceberam determinada vantagem de absoluta boa fé.

Neste sentido:

”AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PAGAMENTO INDEVIDO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. – Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não ser devida a restituição de valores pagos indevidamente a servidores de boa-fé, com base em interpretação errônea, má aplicação da lei, ou equívoco da Administração”. (AgRg no REsp 896.726/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 09/12/2008).

“Servidor público inativo. VPNI. Valores recebidos por interpretação errônea, má aplicação da lei ou equívoco da administração. Restituição ao erário. Descabimento. Verba de natureza alimentar recebida de boa-fé. Agravo regimental improvido”. STJ (AgRg no REsp 875.487/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2009, DJe 05/10).

Também neste sentido, já se posicionou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA. Policial Militar. Bonificação por resultado. Frequência em curso oficial que deve ser computada para fins de concessão da vantagem. Inteligência do Decreto Estadual nº 54.911/09. Verba alimentar. Presunção de boa fé no recebimento, não elidida nos autos. Recebimento de verbas alimentares por beneficiário de boa-fé não enseja restituição. Precedentes deste E. TJ e do C. STJ. Sentença procedente. Recurso voluntário e reexame necessário parcialmente providos, apenas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quanto aos juros de mora, com determinação quanto à correção monetária; mantida a concessão parcial da ordem. (Relator(a): Heloísa Martins Mimessi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/09/2016; Data de registro: 29/09/2016).

Vê-se, pois, que o critério adotado pelos Tribunais Superiores para determinar a restituição dos valores recebidos a maior é a comprovação da má-fé. Ressalte-se que a boa-fé se presume, e a má-fé deve ser provada.

Nessa mesma linha, o Excelso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do MS 256.641/DF, assentou posicionamento no sentido de que não se pode exigir a restituição quando houver ***“presença de boa-fé do servidor; ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração”***.

No caso em questão, não tendo sido demonstrada a má-fé, presume-se a boa fé, impondo-se a procedência do pedido do autor.

Diante dos argumentos acima, não há como se acolher a pretensão objeto da reconvenção.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, com fundamento no artigo 467, I, do CPC, para anular o ato administrativo que atribuiu ao autor a obrigação de ressarcir ao Erário Público o valor de R\$18.114,53. Por outro lado, julgo improcedente o pedido reconvenicional.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. **Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

9.099/95).

P.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**